

## **Um diálogo necessário entre universidade e centro de acolhimento LGBTQIA+: relato de experiência sobre a “Formação Inicial e Continuada do CAERR”**

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste em relatar a experiência da ação extensionista denominada de “Formação Inicial e Continuada”, que possibilitou a articulação entre integrantes do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social (PET SSO) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (Caerr). Para além do relato de experiência, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, a fim de fundamentar teoricamente a discussão e apresentar a história da relação estabelecida entre o Caerr e o PET SSO. A atividade ocorreu através de módulos temáticos, nos quais a exposição dos conteúdos ficou a cargo de profissionais que compõem a rede de enfrentamento à violência e de garantia de direitos de segmentos populacionais minoritários. Os resultados obtidos a partir da avaliação da atividade demonstram que os/as participantes a consideram satisfatória e muito satisfatória. Os comentários deixados no questionário ratificam a importância da ação para equipe do Caerr, pois evidenciam as contribuições para a prática, a formação e a interação profissional. Além disso, as temáticas tratadas contribuíram para a formação do corpo discente do PET SSO, ao permitirem o aprofundamento do conhecimento adquirido na Universidade.

**Palavras-chave:** Caerr; Centros de Acolhimento; LGBTQIA+; PET; Serviço Social.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Graduado em Serviço Social pela Ufal. Assistente social do Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego. E-mail: diogomarcio.dm@gmail.com.

O movimento brasileiro de lésbicas<sup>2</sup>, gays<sup>3</sup>, bissexuais<sup>4</sup>, trans/travestis<sup>5</sup>, *queer*<sup>6</sup>, intersexo<sup>7</sup>, assexuais<sup>8</sup> e demais formas de construção, expressão, identidades e orientações não-hegemônicas estabelecidas pelo sistema heterocispatriarcado (LGBTQIA+<sup>9</sup>) se originou nos anos de 1970. Contudo, a história de sua organização política passou por diferentes processos, podendo, para fins analíticos, ser dividida em três ondas: “[...] a primeira iniciando em 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até c” (Silva; Oliveira, 2020, p. 59).

A partir da década de 1990, o movimento retomou o crescimento do quantitativo de grupos e organizações que o integram, ampliou sua rede de articulação e multiplicou os sujeitos políticos que compõem essa organização (Facchini; Rodrigues, 2018). Além disso,

<sup>2</sup> Mulheres, cisgênero ou transgênero, que possuem relacionamento afetivo e/ou sexual com outras mulheres cisgênero ou transgênero (Brasil, 2023).

<sup>3</sup> Homens, cisgênero ou transgênero, que possuem relacionamento afetivo e/ou sexual com homens cisgênero ou transgênero (Brasil, 2023).

<sup>4</sup> Pessoas, cisgênero ou transgênero, que possuem relacionamento afetivo e/ou sexual com mais de um gênero. Não necessariamente se atraem da mesma forma por todos os gêneros, pois pode haver diferentes graduações (Brasil, 2023).

<sup>5</sup> Transexuais correspondem à identidade de pessoas que se identificam com o gênero diferente daquele atribuído no momento do seu nascimento. Enquanto isso, travesti compreende a “identidade referente a pessoas que se identificam como transgêneros, mas não encontram, necessariamente, pertencimento nas identidades binárias (homem ou mulher), de acordo com a interpretação predominante. Expressam-se como pertencentes ao gênero feminino, utilizado o artigo ‘a’, mas nem sempre reivindicam a identidade de ‘mulher’, podendo ou não se reconhecerem dessa forma. Usado principalmente na América Latina” (Brasil, 2023, p. 15).

<sup>6</sup> O termo era utilizado de forma pejorativa por estar associado a ideias de estranheza, esquisitice ou bizarrie, mas passou a ser reivindicado principalmente pelos movimentos LGBTQIA+ internacionais, sobretudo nos Estados Unidos. Não há uma tradução da língua inglesa para portuguesa que exprima a sua complexidade, mas é considerado um termo guarda-chuva das diversas siglas (Brasil, 2023).

<sup>7</sup> Pessoas nascidas com características sexuais (incluindo os órgãos genitais, as gônadas e os padrões cromossômicos) que não se encaixam na binariedade de sexo. A intersexualidade não deve ser confundida com identidade de gênero e orientação sexual (Brasil, 2023).

<sup>8</sup> Pessoas que não possuem atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas. Contudo, esse termo pode incluir aquelas com pouco interesse ou com interesse específico em relação à sexualidade (Brasil, 2023).

<sup>9</sup> A sigla utilizada neste trabalho corresponde à terminologia adotada nos procedimentos institucionais exigidos para submissão do projeto extensionista na plataforma de Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaac). Sua utilização não tem o objetivo de ocultar o reconhecimento de maior representatividade e inclusão.

Nesse período, há também uma diversificação de formatos das iniciativas ativistas. Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínios de associações e das organizações da sociedade civil de interesse público (Facchini, 2009, p. 139).

O complexo processo histórico pelo qual o movimento LGBTQIA+ passou nos últimos anos implicou uma atuação marcada pela via institucional, mediante diálogo com o poder público — o Legislativo e o Executivo (Facchini; Rodrigues, 2018). Diante disso,

Às vezes através de Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos, às vezes em ações individuais, aumentaram as políticas públicas voltadas para o segmento. Em níveis estadual e municipal, por todo o país se criaram órgãos governamentais de apoio e atendimento à comunidade LGBT. Instalaram-se conselhos de direitos e coordenadorias compostas de representantes da sociedade civil e do governo, para estimular políticas LGBT e fiscalizar a máquina pública. Ao mesmo tempo, centros de cidadania trabalhavam para combater a homofobia. Centros de atendimento, social, psicológicos e jurídicos foram organizados, com especial atenção para a população transgênera, a mais fragilizada. Ocorrem casos de ativismo até então inéditos, como a Casa 1 em São Paulo, centro de iniciativa comunitária para receber e reinserir no mercado de trabalho adolescentes LGBTs expulsos de seus lares por motivos homofóbicos, vindos de diferentes partes do país – 50% de jovens trans entre dezesseis e vinte anos. Fato também inédito, a Casa 1 vem funcionando através de financiamento coletivo e parceria com grandes marcas comerciais, que fazem doações (Trevisan, 2018, p. 522).

Os centros de acolhimento LGBTQIA+ foram ampliados ao longo do tempo<sup>10</sup>, tendo em vista a ausência de políticas públicas para o acolhimento desse segmento da população em situação de vulnerabilidade e risco social. Especificamente no ano de 2020, há uma articulação por parte de algumas dessas organizações da sociedade civil,

---

<sup>10</sup> Conforme levantamento realizado no ano de 2022, em plataformas de captação de recursos financeiros, portais de notícias e documentos de instituições de defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, foram identificados 27 centros de acolhimento espalhados em 14 Unidades da Federação brasileira. Dentre os 27 centros, 8 estão localizados no estado de São Paulo.

possibilitando o surgimento da Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (Rebraca LGBTQIA+).

Perante o exposto, pode-se afirmar que foram diferentes transformações que atravessaram o movimento LGBTQIA+ na atualidade, tendo em vista o emergir de “[...] novos sujeitos, novos discursos, pluralidade de visões, novas formas de atuação, diversos tipos de disputas e tensionamentos” (Facchini; Rodrigues, 2018, p. 249).

A elaboração deste trabalho se relaciona com essas transformações, as quais puderam ser vivenciadas no cotidiano profissional da prática do Serviço Social em um centro de acolhimento LGBTQIA+. O referido trabalho objetiva relatar a experiência da ação extensionista denominada de “Formação Inicial e Continuada”, que possibilitou a articulação entre os/as integrantes do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social (PET SSO) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (Caerr).

### **Da fundação à constituição do Caerr**

Josenildo Correia de Oliveira é um dos precursores na militância do movimento LGBTQIA+ no estado de Alagoas. Sua atuação se iniciou em meados da década de 1990, através do Grupo Gay de Alagoas (GGAL), uma das entidades fundadoras desse movimento no referido território (Caerr, 2021a).

A vivência do Josenildo Correia na militância possibilitou que aprendesse a realidade socioeconômica da comunidade LGBTQIA+ nos diferentes territórios alagoanos, sobretudo em Maceió. O enfrentamento das violências e das violações de direitos às quais estava submetido esse segmento populacional tornou-se uma bandeira de luta defendida por ele e pelo GGAL (Caerr, 2021a).

Em 2011, o brutal assassinato do professor Ezequias Rocha Rego, um dos fundadores do GGAL e assíduo ativista dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em

Alagoas, foi um dos momentos que marcaram significativamente o período de enfrentamento das violências da LGBTQIA+fobia<sup>11</sup> no estado (Caerr, 2021a).

O acontecimento fez com que Josenildo Correia idealizasse uma instituição que pudesse acolher e prestar assistência às pessoas da comunidade LGBTQIA+ que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social no estado de Alagoas, ao passo que ele homenageia simbolicamente as vítimas da LGBTQIA+fobia através do nome de Ezequias (Caerr, 2021a).

A efetivação desse projeto ocorreu em 20 de outubro de 2020, através da criação do Caerr, mediante Assembleia Geral convocada pelo GGAL, e contou com a adesão de diferentes pessoas, as quais passaram a compor o corpo profissional do Caerr (Caerr, 2021a).

Alguns meses depois da fundação, as equipes administrativa e técnica inauguraram oficialmente, em 5 de janeiro de 2021, o Caerr na periferia maceioense, especificamente no bairro do Clima Bom, com a participação de representantes dos distintos movimentos sociais e do poder público. As duas primeiras sedes da instituição ficavam localizadas no bairro supramencionado, contudo, em abril de 2023, ocorreu a transferência para o bairro do Centro.

A manutenção dos serviços prestados ocorreu sobretudo a partir de doações de pessoas físicas e jurídicas. Ademais, outras formas de obtenção de recursos financeiros foram postas em prática, seja através da realização das campanhas desenvolvidas por influenciadores digitais, seja do setor privado e/ou do bazar com a venda de roupas que foram doadas em perfeito estado.

---

<sup>11</sup> Em conformidade com Pinheiro (2022), a LGBTQIA+fobia expressa o processo de preconceito, discriminação e violência manifesto nas desigualdades promovidas pelo heterocispatriarcado em relação às pessoas da comunidade LGBTQIA+. A utilização de “fobia” supera o entendimento restrito ao sentimento de medo. Diante disso, sua utilização neste trabalho comprehende uma repulsividade desumanizadora, socialmente construída e vivenciada (material e simbolicamente) em dimensões objetivas e subjetivas que estruturam e se concretizam no processo de coisificação, hierarquização e dominação.

Inicialmente, as pessoas interessadas em participar do voluntariado se inscreveram através de formulário eletrônico, o qual serviu para que órgãos de governança e gestão pudessem analisar os/as candidatos/as. Conforme levantamento realizado entre 27 e 28 de janeiro de 2021 (Caerr, 2021b), a motivação para participar do voluntariado foi justificado por: ser LGBTQIA+ e fortalecer o movimento (60,7%); promover o bem-estar das pessoas (23,8%); treinar e/ou aprender novas habilidades (7,1%); despertar e aprimorar os sentimentos, como empatia e sensibilidade (4,8%); e autoconhecimento (1,2%).

Os dados desse levantamento apontam ainda que o voluntariado era majoritariamente composto de pessoas: na faixa etária entre 25 e 40 anos (54,8%); do sexo feminino (56%); cisgênero (78,6%); homossexuais (32,1%); e autodeclaradas pardas (39,3%) (Caerr, 2021b).

Posteriormente, o voluntariado do Caerr passou a selecionar candidatos/as através de editais de convocação, publicados nas redes sociais da instituição. O documento de convocatória constava os cargos, os pré-requisitos das vagas e as etapas de seleção com seus respectivos prazos.

A organização do voluntariado ocorreu através de equipes de trabalho, formadas por profissionais que surgiram no período da fundação, em 2020, e por outros/as que entraram na instituição no decorrer dos anos, em virtude das demandas do público-alvo e das necessidades institucionais.

As equipes de trabalho possuem uma coordenação para elaborar os planos de trabalho e, consequentemente, administrar o conjunto de recursos humanos para operacionalização das ações e dos serviços prestados. Ressalta-se que a instituição sempre buscou fomentar a atuação multidisciplinar e interdisciplinar do conjunto do voluntariado, com a possibilidade de articulação intra e intersetorial.

Os serviços prestados pelo Caeer têm como público exclusivo a comunidade LGBTQIA+ e as pessoas vivendo/convivendo com o Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), são eles:

atendimento psicológico, acolhimento institucional, orientação jurídica, atividades de empregabilidade, cursos profissionalizantes e ações para promoção de saúde e qualidade de vida.

Para além das atividades realizadas exclusivamente pelo Caerr, há alguns serviços prestados por meio da parceria com o poder público e com instituições privadas, a exemplo do mutirão de serviços de alteração de nome e gênero no registro civil, de casamento coletivo e divórcio; da entrega de cestas básicas e *kits* de higiene pessoal; da emissão de carteira de identidade; e das rodas de conversa sobre temáticas pertinentes para o público-alvo do Caerr.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são algumas das organizações parceiras do Caerr na prestação de ações que possibilitam contribuir significativamente para a cidadania da comunidade LGBTQIA+ no estado de Alagoas. Sua contribuição se dá através dos pilares ensino, pesquisa e extensão. Diante disso, considera-se que,

[...] nas IES brasileiras, encontram-se diversas iniciativas de fomento à produção de conhecimento (direta ou indireta) e ampliação/consolidação dos conhecimentos adquiridos nas atividades elementares dos cursos de graduação (orientadas por seus respectivos projetos pedagógicos), como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Idiomas Sem Fronteiras (ISF) (Mesquita; Leite; Sá, 2023, p. 270).

Além das iniciativas citadas, o Programa de Educação Tutorial (PET) é outra modalidade fomentada pelo Governo Federal e cujo objetivo consiste em “[...] promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o Programa [...]” (Brasil, 2006, p. 7). Com ele, buscam-se “[...] a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação” (Brasil, 2006, p. 7),

mediante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão<sup>12</sup>, com a orientação de um/a professor/a tutor/a.

O programa propicia aos seus integrantes, atividades que não são obrigatórias na grade curricular e que contribuem para a melhoria de todo o curso no qual estão inseridos, garantindo a todos os discentes, petianos ou não, além da prestação de serviços à comunidade local, significativa contribuição à formação profissional e intercâmbio da universidade com a comunidade (Sgarbi; Bezerra; Tristão, 2022, p. 17).

A criação desses grupos nas IES ocorre através de editais publicados pelo Ministério da Educação (MEC). Em Alagoas, a Ufal é a única Universidade entre as instituições públicas e privadas do território alagoano a ter esse Programa, contando com 12 grupos espalhados nos diversos *campi*.

### **A articulação do Caerr com o Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes de Serviço Social – Ufal**

A origem do PET advém da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no ano de 1979, antes denominado como Programa Especial de Treinamento. No final de 1999, a responsabilidade pelo Programa foi transferida da Capes para a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC. Em 2004, o Programa Especial de Treinamento passou a ser identificado como Programa de Educação Tutorial, instituído pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005 (Brasil, 2006).

---

<sup>12</sup> “Ensino, pesquisa e extensão formam o tripé do processo educacional e, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares, a indissociabilidade entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, são princípios que fundamentam a formação profissional. Deste modo o ensino, aliado ao tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão –, é parte integrante do processo de formação profissional e do Programa de Educação Tutorial (PET). Por meio de sua inserção no PET, os discentes podem vivenciar a tríade universitária e terem acesso a uma formação de qualidade” (Sgarbi; Bezerra; Tristão, 2022, p. 18).

A Sesu/MEC atualmente gerencia 842 grupos do Programa distribuídos entre 121 IES nas diferentes regiões do Brasil. Nesse quantitativo de instituições, há 12.332 discentes e 897 docentes vinculados ao PET (Mesquita; Leite; Sá, 2023).

O PET Conexões de Saberes Serviço Social (PET SSO) integrou os grupos do PET Ufal juntamente com novos grupos, através do Edital nº 09 – PET 2010, publicado pelo MEC. Os novos grupos foram: PET Engenharia Ambiental; PET Ciência & Tecnologia; PET Química; PET Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (Nesal); PET Engenharias; e PET Conexões de Saberes Penedo. Eles passaram a compor, juntamente com aqueles existentes — PET Letras; PET Engenharia Civil; PET Economia; PET Arquitetura; e PET Psicologia —, o universo de doze grupos na Ufal (Santos, 2017).

A proposta aprovada caracterizava-se pelo seguinte: referia-se um PET/Curso, ou seja, um PET situado em um curso específico, sua localização no campo das ciências o colocava no campo das Ciências Sociais Aplicadas e, do ponto de vista da classificação estabelecida para os grupos PET Conexões de Saberes, situava-se no bloco daqueles que deveriam envolver exclusivamente estudantes de graduação oriundos de comunidades populares urbanas (Santos, 2017, p. 20-21).

Sendo assim, os espaços definidos para atuação do PET SSO seriam preferencialmente os bairros onde estão localizados os Centros de Referências de Assistência Social (Cras), “[...] entendendo-os como indicadores de localização de populações em situação de risco e vulnerabilidade social” (Santos, 2017, p. 21). Contudo, “[...] os CRAS não foram indicados como lócus de atuação do PET, sendo entendido como prováveis parceiros em ações futuras” (Santos, 2017, p. 21).

O grupo se orienta para além dos objetivos gerais do Programa, direcionando sua atuação para “[...] desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a efetivação da política de assistência social no município de Maceió” (Santos, 2017, p. 22). Ressalta-se que o PET não limitou sua atuação à capital, pois não perdeu

“[...] de vista a sua inserção na realidade do estado de Alagoas, [...] para onde também, em algumas situações, estendeu sua atuação” (Santos, 2017, p. 22).

Nesse cenário, os equipamentos socioassistenciais, compostos por órgãos públicos e entidades das organizações da sociedade civil, são o lócus da realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como outras ações do PET SSO, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 — Atividades em parceria com os equipamentos socioassistenciais

ANO	ATIVIDADE
2011	Participação nos encontros preparatórios da Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió
2012	Realização da visita técnica aos CRAS do município de Arapiraca
2012	Realização do Encontro da Juventude do município de Maceió, com a parceria do Núcleo Temático da Assistência Social (Nutas), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (Seades), da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió (Semas) e do Centro da Juventude do Conjunto Denisson Menezes
2013	Realização da visita técnica aos equipamentos socioassistenciais do município de Junqueiro
2013	Participação nos encontros preparatórios da Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió
2015	Participação nos encontros preparatórios da Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió
2016	Execução do projeto extensionista “Educação étnico-racial na infância: desconstruindo padrões” para crianças (de 6 a 12 anos) usuárias dos serviços do Cras Pitanguinha, em Maceió
2017	Execução do projeto extensionista “Educação étnico-racial e movimento negro: desconstruindo padrões” para crianças (de 6 a 9 anos) usuárias do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Ccfv) referenciada pelo Cras Denisson Menezes, em Maceió
2018	Execução do projeto extensionista “Educação étnico-racial: literatura infantil afro-brasileira” para crianças (de 6 a 10 anos) usuárias do Ccfv referenciado pelo Cras Denisson Menezes, em Maceió

Fonte: elaboração própria com base em informações de Santos (2017), Mesquita, Leite e Sá (2023).

Para além das atividades apresentadas, o grupo PET SSO realizou eventos independentes de parceria com equipamentos socioassistenciais. Tematizou-se a assistência social para o corpo discente do curso de Bacharelado em Serviço Social da Ufal e para a sociedade em geral, visando fortalecer a Política de Assistência Social no estado de Alagoas.

Nesse cenário, o grupo foi fortalecendo, ao longo do tempo, a dimensão política expressa no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, considerando a necessidade de contribuir no enfrentamento da ascensão do conservadorismo na conjuntura mundial e, sobretudo, no Brasil. Diante disso,

[...] foram desenvolvidas atividades com a finalidade de discutir como essas adaptações estruturais rebatem na vida da classe trabalhadora, a partir da construção da identidade do grupo e da abordagem dos desafios postos individual e coletivamente aos/as integrantes que, a partir da sua condição de classe, gênero, raça/etnia, geração e localização geográfica – bem como de seus envolvimentos em movimentos de classe e identitários (estudantil, sindical, de mulheres, feministas, de negros/as, LGBTQIA+, entre outros) –, estabelecem pautas conjuntas (Mesquita; Leite; Sá, 2023, p. 281).

A interlocução com os equipamentos socioassistenciais, proveniente de um dos objetivos do PET SSO, e a dimensão política citada anteriormente foram fundamentais à interlocução do referido grupo com o Caerr. Tal processo foi iniciado através do projeto extensionista “Cidadania LGBTQIA+: o Serviço Social conhecendo e saindo do armário”, executado em duas etapas no ano de 2022.

No primeiro momento, ocorreu uma discussão interna sobre diversidade de gênero e sexualidade, com intuito de aprofundar o conhecimento dessa temática entre os/as integrantes do PET SSO. No segundo momento, ocorreu o contato da representação estudantil do grupo com a direção do Caerr para realização de uma visita técnica, com intuito de conhecer a realidade institucional e a atuação do Serviço Social. Além disso, buscava-se uma parceria com o referido Centro de Acolhimento para contribuir no fortalecimento da cidadania LGBTQIA+ no território alagoano.

O projeto “Cidadania LGBTQIA+: o Serviço Social conhecendo e saindo do armário” continuou fazendo parte do planejamento das atividades do PET SSO no primeiro semestre de 2023. Entre os desdobramentos que essa atividade possibilitou, a “Formação Inicial e Continuada do Caerr” consistiu em outra ação extensionista realizada através da parceria PET SSO e Caerr.

As propostas extensionistas envolvendo a comunidade LGBTQIA+ desenvolvidas pelo PET SSO não enfrentaram nenhuma barreira institucional, tendo em vista que a temática supramencionada foi abordada em outras atividades na Faculdade de Serviço Social (FSSO); o reconhecimento e a autonomia adquiridos pelo PET ao longo do tempo, tanto na FSSO quanto na Ufal; e as discussões realizadas na Ufal sobre a curricularização da extensão, que têm fortalecido esse pilar da Universidade.

### **Metodologia da “Formação Inicial e Continuada do Caerr”**

A proposta do projeto extensionista “Formação inicial e continuada do Caerr” foi apresentada pelo Serviço Social do Caerr aos/as integrantes do PET SSO Ufal nos últimos meses de 2022, tendo sido discutida internamente pelo referido grupo durante o processo de planejamento das atividades para 2023, que ocorreu no mesmo período citado acima.

No primeiro trimestre de 2023, uma representante do PET SSO Ufal comunicou ao assistente social do Caerr a decisão tomada pelo grupo e as necessidades internas para o processo de execução, tendo em vista as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão que seriam executadas ao longo daquele ano.

A comissão de organização foi composta pelo assistente social do Caerr, juntamente com parte dos/as representantes do PET SSO Ufal. Os encontros entre esses/as integrantes objetivaram, inicialmente, possibilitar a discussão sobre o planejamento e, posteriormente, abordar sua execução.

Após os encontros de planejamento, as reuniões para execução não tiveram periodicidade definida, sendo realizadas a partir de demandas cruciais. Esses momentos ocorreram de forma remota, através de plataformas de reuniões, e presencialmente, na sala do grupo localizada na Faculdade de Serviço Social do *campus* Aristóteles Calazans Simões da Ufal, em Maceió.

A comissão de organização ficou responsável por: elaborar o material de divulgação; contatar os/as expositores/as dos módulos; desenvolver os formulários da inscrição na atividade e da lista de presença; emitir os certificados; e discutir outras demandas pertinentes à execução do projeto.

As ações anteriormente definidas ocorreram através de uma perspectiva dialogada e democrática, respeitando o direito de voz e voto de todos/as os/as presentes nos encontros, rompendo com a hierarquização entre profissional e tutora com o corpo discente que integrava o PET SSO Ufal.

No esboço do projeto constavam os temas que seriam abordados em cada módulo, mas nos encontros da comissão de organização ocorreram modificações, ficando estabelecidas as seguintes temáticas: mulheres; população trans<sup>13</sup>; população negra; crianças e adolescentes; população idosa; comunidade LGBTQIA+; e pessoas com deficiência.

Nesse processo, os/as expositores/as de cada módulo foram definidos/as buscando priorizar aqueles/as que atuavam nos movimentos sociais e/ou nos equipamentos da rede de enfrentamento à violência e da garantia de direitos dos segmentos populacionais anteriormente relatados. Não houve empecilho para a participação dos/as conteudistas selecionados/as.

Os encontros de cada módulo ocorreram nos dias 12, 13, 19 e 20 de abril de 2023, das 19h às 21h, através do *Google Meet*. Os encontros contaram com a

---

<sup>13</sup> Considerou-se a necessidade de uma temática exclusiva sobre a população trans, dado que esse segmento populacional se encontra em maior situação de vulnerabilidade e risco social entre aqueles que compõem a comunidade LGBTQIA+.

apresentação de dois conteúdos, de modo que a cada conteúdo foi destinada uma hora de atividade. A exceção ocorreu no dia 19 de abril, pois houve apenas uma temática e a expositora utilizou as duas horas da atividade do dia. Ao final de cada exposição, era possível realizar questionamentos e considerações sobre as discussões realizadas.

O primeiro módulo, executado no dia 12 de abril, expôs sobre as seguintes temáticas: “criança e adolescentes”, com a assistente social Clara Morganna, representante do Comitê Municipal de Combate e Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE-AL); e “mulheres”, com a advogada Paula Lopes, fundadora e coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

O segundo módulo, executado no dia 13 de abril, abordou acerca da: “população trans”, com a assistente social Francinese Raquel, que atua no Espaço Trans do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) da Ufal; e “população negra”, com o pesquisador e representante do movimento negro alagoano Joelcio Silva.

O terceiro módulo, executado em 19 de abril, tratou sobre os “direitos da comunidade LGBTQIA+”, mediante exposição de Luz Vasques, advogada e membra da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional Alagoas (OAB/AL), também integrante do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT da cidade de Maceió.

O quarto módulo, realizado no dia 20 de abril, contou com a participação de Djane Pacheco, assistente social do Cras Cidade Sorriso e presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Maceió, para abordar sobre a “pessoa idosa”. Já a palestrante da temática sobre “pessoas com deficiência” não pôde participar<sup>14</sup> do momento, em decorrência de questões familiares.

Os/as expositores/as ficaram livres para escolher a didática e o material audiovisual para a apresentação do conteúdo. No geral, realizaram a exposição de

---

<sup>14</sup> A discussão deste módulo será integrada a outra Formação Inicial e Continuada do Caerr.

aspectos teóricos, legais, interventivos e institucionais, assim como relatos de experiência, facilitando a fixação do conteúdo apresentado.

### **Resultados e discussões da “Formação Inicial e Continuada do Caerr”**

A atividade contou com a inscrição de 15 discentes do PET SSO e 10 profissionais do Caerr, mas a quantidade de participantes variou conforme cada módulo. Entre o voluntariado, que corresponde ao segmento com maior variação de frequência, essa oscilação adveio das demandas profissionais, acadêmicas e/ou pessoais, juntamente com o cansaço cotidiano do vínculo formal de trabalho. Pode-se afirmar que tal cenário poderia ser diferente se o Caerr contasse com apoio financeiro para manutenção dos serviços por parte do poder público. Diante disso, esses/as profissionais seriam contratados/as pela instituição e participariam da capacitação durante o expediente de trabalho.

Os/as participantes avaliaram de forma positiva a atividade, conforme identificado nos comentários realizados por mensagens no bate-papo, no questionário e nas falas após a exposição do conteúdo. Os relatos demonstram que foi possível adquirir novos conhecimentos e dirimir dúvidas relacionadas às situações de violência, aos marcos legais que garantem o direito à cidadania desses segmentos populacionais e à articulação da rede de enfrentamento à violência e de garantia de direitos.

No processo avaliativo da atividade, a equipe de profissionais participantes teve que responder a duas sessões. A primeira parte do questionário buscou fazer uma avaliação do “conteúdo da formação”, da “duração da formação”, da “exposição do conteúdo”, da “obtenção de novos conhecimentos” e da “possibilidade de desenvolver ações de intervenção” a partir da atividade. Esse processo ocorreu por meio de uma escala de notas de 1 a 5 com descrição, isto é: 1 (muito insatisfatório), 2 (insatisfatório), 3 (regular), 4 (satisfatório) e 5 (muito satisfatório). A segunda parte solicitou que

deixassem um comentário sobre a “Formação Inicial e Continuada do Caerr” (Caerr, 2023).

A média obtida com as respostas (Caerr, 2023) da primeira parte do questionário demonstra que os itens sobre o “conteúdo da formação”, a “duração da formação”, a “obtenção de novos conhecimentos” e a “possibilidade de desenvolver ações de intervenção” foram considerados Muito satisfatórios (nota 5), enquanto o item sobre a “duração da formação” foi considerado Satisfatório (nota 4). Em relação aos comentários deixados pelos/as participantes, é possível destacar:

Participante 6: “Auxiliou bastante. Com um conteúdo importante e que foi apresentado de maneira clara e objetiva, me enriqueceu na demanda da prática diária e me trouxe mais curiosidade em buscar mais informação”;  
Participante 8: “A formação foi um excelente espaço para aprender com profissionais das áreas específicas sobre desafios do cotidiano e pensar abordagens para além do que a formação acadêmica havia possibilitado de conhecimento. Além disso, o espaço de interação com outros profissionais permitiu trocas muito significativas para a atuação” (Caerr, 2023, p. 8).

Desse modo, os/as inscritos puderam aperfeiçoar uma perspectiva de análise da realidade que compreende a intersecção<sup>15</sup> das violências, pois foram considerados não apenas o caráter de gênero e de sexualidade, os quais são demandas postas pela comunidade LGBTQIA+, mas também outros marcadores sociais — a exemplo da raça, da classe, da geração e do território —, que vão aprofundar as situações de risco e vulnerabilidade social daqueles/as que buscam serviços no Caerr.

A violência constitui um fio comum responsável por ligar a exploração e as opressões, sendo que o uso e a ameaça dessa prática são aspectos centrais para as

---

<sup>15</sup> Segundo Collins e Bilge (2021), o conceito de interseccionalidade apresenta diferentes abordagens. No entanto, no entendimento das autoras, que é adotado neste trabalho, detém-se: “[...] a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (p. 15-16).

relações de poder que produzem as desigualdades sociais (Collins; Bilge, 2021), ao mesmo tempo que, na particularidade brasileira, justificam o encarceramento e o extermínio, fazendo com que os corpos sejam objetificados, a violência seja naturalizada e os sujeitos, assim como suas lutas, sejam mercantilizados (Pinheiro, 2022).

Os dados da violência no Brasil podem exemplificar o cenário adverso que a comunidade LGBTQIA+ vivencia a partir de aspectos interseccionais. O Atlas da Violência, sistematizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com informações de 2023, possibilita a aproximação a esse cenário mediante as informações a seguir:

Negros são 55,3% das vítimas homossexuais e 52,2% das bissexuais. Quando analisamos as vítimas trans e travestis, a porcentagem é ainda maior: ao passo que mulheres trans negras concentram 58%, contra 35% das brancas, e homens trans negros concentram 56%, contra 40% dos brancos, travestis negras totalizam 65% do total, contra 31% das brancas. No segmento LGBTQI+, travestis negras e jovens são as mais desproporcionalmente vitimizadas (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 66).

Para além da violência, a população LGBTQIA+ se encontra submetida a situações de violação de direitos, como a dificuldade de acesso a serviços das diferentes políticas sociais, a discriminação no ambiente de trabalho, a negação do uso do nome social e a ausência de programas e ações para o enfrentamento da violência, por exemplo.

Essa estrutura que articula exploração e opressões demonstra que o sangue derramado no contexto brasileiro possui classe, raça, gênero e orientação sexual, mesmo que esses corpos não sejam contabilizados. E se a análise é ampliada, surgem outros marcadores sociais, porque toda forma de expressão que não se constitui dentro da regra normativa é passível de retaliação, opressão e violência (Pereira; Roseno, 2018).

Em conformidade com Alves (2023), considera-se que a redução do/a oprimido/a ao seu marcador social de diferença, desconsiderando o sistema de opressão

que define o processo de inferiorização dos/as indivíduos, implica na construção de respostas isoladas que recaem na lógica individualista.

Facchini e Rodrigues (2018) propiciam a ampliação dessa discussão ao afirmarem a necessidade de construir políticas de solidariedade, superando a disputa pelo lugar de quais segmentos populacionais são mais vitimizados, para enfrentar o cenário de retrocessos da realidade brasileira.

Desse modo, a construção de uma nova sociedade requer uma revolução social e política articulada ao processo de enfrentamento às desigualdades de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia e das demais opressões, porque defender essas mudanças sociais é compreendê-las processos não naturais, mas provenientes de processos sócio-históricos (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020). Nessa construção de um novo projeto de sociedade, não se deve cair nas armadilhas da expressão atual do capitalismo (neoliberalismo), o qual tem se apropriado das pautas desses segmentos sociais, pois,

[...] a afirmação pura e simples das diferenças pode ocorrer em perfeita sintonia com a afirmação de princípios abstratos e formalistas do direito e da política burguesa, a liberdade e a igualdade formais. [...] Uma vez que a identidade, em si e por si, não implica necessariamente a política, ou seja, mais do que a resistência, a proposição de mudança efetivas nas relações que a fundam e a constituem, representar identidades subalternas na ordem posta não significa desenhar um horizonte estratégico de mudança social. Ao contrário, pode significar a legitimação do que está posto e, ao fim, colaborar para sua perpetuação (Alves, 2023, p. 307-308).

Um projeto popular de sociedade precisa se aproximar de todo o legado das lutas de resistência travadas em nosso país, considerando-as em seus diversos aspectos, de modo que inclua as bandeiras da luta dos povos indígenas, da população negra, das mulheres, do operariado, do campesinato e da comunidade LGBTQIA+, entre outros. Desse modo, o referido projeto consistiria no “[...] processo de construção de força social protagonizado pelo povo brasileiro no qual é mobilizado todo o seu potencial produtivo e criativo com a finalidade de lograr a superação das relações de opressão [...]” (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 167) e de exploração do sistema capitalista.

Essa proposta se articula com o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, expresso através do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação Profissional e das Diretrizes Curriculares de 1996. Segundo Netto (2006), ele tem a liberdade<sup>16</sup> como um dos seus princípios basilares, resultando na defesa intransigente dos direitos humanos e no repúdio ao arbítrio, ao autoritarismo e às diversas formas de preconceito.

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária é antes de tudo uma opção forjada coletivamente no interior de nossa profissão, mas que de modo algum representa uma vontade que lhe seja exclusiva. Daí a necessidade de articulação com outros sujeitos profissionais e sociais para a realização de uma práxis efetivamente emancipatória, reconhecendo que o protagonismo dessa construção não se dá no campo de qualquer profissão (Almeida, 2013, p. 104).

A compreensão dessa perspectiva implicou na definição do público-alvo da ação extensionista de “Formação Inicial e Continuada do Caerr”, pois enfocou não apenas os/as assistentes sociais do Caerr, mas todos/as os/as profissionais que compõem o corpo técnico da referida instituição. Diante disso, a participação dos/as profissionais de outras áreas<sup>17</sup> nessa atividade demonstrou a necessidade de conhecer ou ampliar o conhecimento sobre as temáticas abordadas, ratificando a possibilidade da construção coletiva de uma sociedade sem preconceitos.

A dimensão coletiva dos sujeitos profissionais e sociais esteve presente também na definição dos/as expositores/as. Uma articulação entre os movimentos sociais e a rede de enfrentamento à violência e garantia de direitos se tornou possível por meio da compreensão de que a luta não pode ocorrer apenas no âmbito individual ou de determinada categoria profissional.

---

<sup>16</sup> “[...] a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (Netto, 2006, p. 15).

<sup>17</sup> Estiverem presentes profissionais da equipe de trabalho da saúde; da educação e cultura; do jurídico; e da comunicação.

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto [ético-político] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (Netto, 2006, p. 13).

Essa proposta extensionista atende uma demanda específica dos/as assistentes sociais, porque “[...] o Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva na dinâmica da realidade. [...] A formação profissional em Serviço Social deve ser continuada com intuito de desvelar a realidade, as exigências e as novas demandas da profissão” (Sgarbi; Bezerra; Tristão, 2022, p. 16).

Para além dos/as assistentes sociais e demais profissionais do Caerr, os/as integrantes do PET SSO Ufal ainda puderam acompanhar as exposições dos módulos, o que contribuiu para a sua formação enquanto profissionais críticos e “[...] capazes de ir além do que é dado, do que está posto, de atuarem sobre as diversas manifestações e novas roupagens que a questão social se apresenta, principalmente em tempos de crise, como este que estamos vivenciando atualmente” (Sgarbi; Bezerra; Tristão, 2022, p. 21).

A vida cotidiana apresenta uma tendência de reproduzir o sistema de opressões, mas momentos de “suspenção” dessa realidade são possíveis através de atividades sociais práticas e teóricas, “[...] motivado por exigências de caráter humanitário-genérico, que ampliam a sua consciência do ‘nós’, enriquecendo o indivíduo de valores, motivações e exigências voltadas ao coletivo, à sociedade, à humanidade” (Barroco, 2016, p. 21).

Logo, considera-se que a “Formação Inicial e Continuada do Caerr” se constituiu como uma dessas atividades, pois o pensamento teórico-crítico presente na abordagem do conteúdo pelos/as expositores/as propiciou: a reflexão sobre a atuação profissional no que tange, sobretudo, ao processo de acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social; e a avaliação do instrumental técnico-institucional, do

fluxo de atendimento prestado pelo Caerr e do diálogo com os equipamentos sociais que compõem a rede de enfrentamento à violência e de garantia de direitos.

### **Considerações finais**

A ausência de medidas efetivas, articuladas e contínuas por parte do poder público no enfrentamento das diferentes expressões das violências e violações de direitos vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ tem demandado maior articulação do movimento LGBTQIA+ para o enfrentamento desse cenário. Diante disso, o próprio movimento tem desenvolvido estratégias para viabilizar respostas às demandas de cada contexto histórico; os Centros de Acolhimento constituem um exemplo dessas medidas.

Na particularidade alagoana, o Caerr se constitui como uma das instituições nas quais se desenvolve um conjunto de ações e serviços (com a possibilidade de parcerias com órgãos públicos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil) para enfrentar o cenário adversário dos/das integrantes da comunidade LGBTQIA+ que estão em situação de risco e vulnerabilidade social no referido território.

Os grupos ou núcleos das IES podem ser parceiros dessas instituições, a exemplo do que foi relatado neste trabalho. Os/as integrantes do PET SSO Ufal participaram da organização da atividade de “Formação Inicial e Continuada do Caerr” e o impacto dessa ação extensionista não possibilitou apenas o aperfeiçoamento do conhecimento dos/as profissionais do Caerr, porque é possível afirmar que contribuiu para a formação do corpo discente envolvido na organização e na interlocução do diálogo com a rede de enfrentamento à violência e de garantia de direitos.

Os resultados obtidos na primeira edição da “Formação Inicial e Continuada do Caerr” demonstram a necessidade de continuidade do projeto com outras temáticas pertinentes aos/as profissionais e demandas da realidade institucional, a exemplo de: pessoas com deficiência; pessoas que vivem/convivem com HIV/Aids; prevenção e posvenção do suicídio; e saúde mental.

Portanto, considera-se que a relação estabelecida entre IES e Centro/s de Acolhimento LGBTQIA+ através de atividades de ensino, pesquisa e extensão constitui instrumento fundamental para consolidação da cidadania e da justiça social, na medida em que possibilita a formação crítica do corpo discente envolvido na realização das ações.

## Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: Cress RJ, 2013, p. 100-111.
- ALVES, Douglas Santos. Identidades, representação política e neoliberalismo no contexto pós-2013. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe. **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023).** São Paulo: Usina Editorial, 2023, p. 210-227.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **O que é preconceito?** Brasília, DF: Cfess, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Educação Tutorial – PET Manual de orientações básicas.** Brasília, DF: MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Caderno LGBTQIA+ cidadania:** promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. v. 1. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023.
- CENTRO DE ACOLHIMENTO EZEQUIAS ROCHA REGO. **História do CAERR.** Maceió: [s.n.], 2021. Documento *on-line*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1kdHlIkMcb9nP2awiClJpkkjTgpdKdEHs>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- CENTRO DE ACOLHIMENTO EZEQUIAS ROCHA REGO (Caerr). **Perfil do voluntariado do CAERR.** Maceió: CAERR, 2021.
- CENTRO DE ACOLHIMENTO EZEQUIAS ROCHA REGO (Caerr). **Relatório da “Formação Inicial e Continuada do CAERR”.** Maceió: CAERR, 2023.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília, DF: Ipea: FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo *et al.* (org.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

MESQUITA, Andrea Pacheco; LEITE, Josimeire de Omena; SÁ, Juan Douglas Silva de. PET Conexões de Saberes Serviço Social: Espaço de formação profissional, lutas e afetos. In: MELO, Edivânia Francisca de. *et al.* (org.). **Na tessitura da pesquisa e da extensão na Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Alagoas**. Goiânia: Phillos Academy, 2023. p. 269-287.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. *et al.* (org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 1-22. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário**: diversidade sexual, de gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PEREIRA, Maysa Mathias Alves; ROSENO, Andreia. Reflexões sobre as relações étnico/raciais e diversidade sexual e de gênero. In: NOGUEIRA, Leonardo. *et al.* (org.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 85-107.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem**: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. 2022. Tese (Doutorado em Política Social) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SANTOS, Margarida Maria dos Santos. Como a história começou. In: SANTOS, Margarida Maria dos Santos (org.). **PET Serviço Social**: 5 anos de história. Maceió: EDUFAL, 2017. p. 19-23.

SILVA, Lucivânio Cesário da; OLIVEIRA, Ricardo Severino de. A defesa de direitos e ações governamentais para a população LGBT no Brasil. In: CARDOSO, Fernando da Silva; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes; CUNHA, Clarissa de Oliveira Gomes Marques da. (org.). **Interdisciplinaridade e direito**: reflexões teóricas e empíricas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 51-69. v. 2.

SGARBI, Gabrielle Stéphany Nascimento; BEZERRA, Mayara Simon; TRISTÃO, Vanessa Aparecida Barbosa. A contribuição do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social em tempos de sucateamento do ensino superior brasileiro. In: PIANA, Maria Cristina (org.). **Pesquisas sociais em tempos de ultraneoliberalismo**: Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PETSS). Bauru: Canal 6, 2022. p. 16-30.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

### **The dialogue between university and LGBTQIA+ shelters: experience report on “Initial and Continuing Training at CAERR”**

**Abstract:** The aim of this paper is to report on the experience of an extension initiative called “Initial and Continuing Training”, which enabled members of the Social Work Knowledge Connections Tutorial Education Program (PET SSO) at the Federal University of Alagoas (UFAL) and the Ezequias Rocha Rego Reception Center (CAERR) to work together. In addition to the experience report, bibliographical and documentary research was carried out in order to provide a theoretical basis for the discussion and present the history of the relationship established between CAERR and PET SSO. The activity took place through thematic modules, in which the content was presented by professionals who make up the network for combating violence and guaranteeing the rights of minority population segments. The results obtained from the evaluation of the activity show that the participants considered it to be satisfactory and very satisfactory. The comments left on the questionnaire confirm the importance of the action for the CAERR team, as they highlight the contributions to practice, training and professional interaction. In addition, the topics covered contributed to the training of PET SSO students, by deepening the knowledge acquired at university.

**Keywords:** CAERR; Shelters; LGBTQIA+; PET; Social Work.

**Recebido: 24/09/2024**

**Aceito: 02/04/2025**